



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13007 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT06 - Educação Popular

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS EM MOÇAMBIQUE: REFLEXÕES APÓS A INDEPENDÊNCIA ANTICOLONIAL

Florentino Maria Lourenço - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

### **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS EM MOÇAMBIQUE: REFLEXÕES APÓS A INDEPENDÊNCIA ANTICOLONIAL**

#### **Resumo**

O texto que apresentamos resulta de uma pesquisa em andamento, intenciona problematizar a formação de professores primários em Moçambique, dialoga com o campo da cultura, saberes populares e poder, pois compreende os currículos de formação docente como *espaçostempos* que se constituem na interpelação com outro. Lança-se um convite a partir de uma dimensão de território material e simbólico de formação docente por acreditar que nele se intensificam e se constituem ideologias, se condicionam e se (re)configuram processos formativos de professores primários no país. Quanto à abordagem metodológica, vimos optando pela análise documental e do referencial teórico-metodológico da Educação Popular que pensa a dialogicidade como um caminho para concepções *contrahegemônicas* no campo da Formação. Critica-se os modelos de formação de professores primários, analisando-se o conteúdo patente na legislação moçambicana tomando a linguagem como tradutora de uma ideologia e simbolismo histórico que dá sustentação a cada período histórico. A pesquisa investe em um modelo formativo que possa superar as *situações-limites*, buscando os *inéditos-viáveis* (FREIRE, 2004) nas políticas formativas fundamentadas em concepções de interculturalidade que tensionam as fronteiras culturais, epistemológicas e científicas fixadas pelo colonialismo e investiga outras formas de pensar, formar e reconhecer a formação docente em sua capacidade *crítica-transformadora* (FREIRE, 2004).

**Palavras-chave:** Formação de Professores, Interculturalidade, Moçambique.

O texto em tela em fase inicial no doutorado vai se produzindo nas reflexões sobre a presença/ausência das concepções de interculturalidade na política de formação de professores primários em Moçambique (PFPPM), cujo objetivo é compreender as várias

perspectivas e formas como a cultura e a interculturalidade foi/está sendo encerrada na formação do magistério primário, tendo em consideração que este subsistema de ensino e o/a professor/a primário foram/são “chamados a desempenhar papel significativo na formação da consciência patriótica das novas gerações, participando ativamente no processo de construção da identidade nacional” (LOPES, 2020, p.23).

Como metodologia a pesquisa adota a revisão bibliográfica baseada em autores/as que abordam as questões de currículo, cultura/interculturalidade e saberes africanos. Aplicamos a análise documental que incidiu sobre as leis (Leis 4/83, 23 de março, 6/92 de 6 de maio e a última 18/2018 de 28 de dezembro) que definem as FFPPM. A mesma é feita recorrendo a *dúvida como método* (GARCIA, 2008) e ao questionamento das várias posições em função das nossas concepções enquanto sujeitos pensantes e professor secundário africano.

Os estudos sobre a formação de professores apesar de despertarem maior interesse nas primeiras décadas do século XXI, o seu surgimento remonta desde o último século (NÓVOA, 1995). Estes denunciaram a presença de forças em disputa nas políticas formativas, por um lado, revelaram maior preocupação com o tempo de duração da formação, por outro lado, se tem levantado questões inerentes ao tipo de formação, sua relevância na comunidade, bem como a sua aplicabilidade na relação teoria-prática no cotidiano escolar.

Olhando para Moçambique depreende-se que a sua história como nação é recente, pois pertence aos últimos países africanos a alcançar a independência anticolonial em 1975, e a formação de professores será mais recente ainda, porque no período colonial viveu-se um processo de negação e resistência em construir instituições de ensino e de formação de professores, não sendo interesse do regime colonial fascista educar os moçambicanos (MONDLANE, 1975).

Nos tempos de independência anticolonial somos atravessados pelas PFPPM precárias que desqualificam a Educação Popular. Este cenário aparece influenciado pelos organismos internacionais, tais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional que vendem os seus programas universalistas e procuram “interferir na formação do novo trabalhador e na quantidade de trabalhadores disponíveis, aumentando o controle sobre a escola e ocultando as raízes sociais das desigualdades acadêmicas” (FREITAS, 2014, p.8), além do desejo e espírito capitalista da elite política em colocar os seus filhos nas escolas privadas ou fora do país.

Através das políticas de formação docente o ocidente liberal estabelece pequenas alianças com alguns nacionais dos países colonizados formando uma *burguesia africana* (NKRUMAH, 2018), que em aliança com os interesses neocoloniais mantêm as estruturas de uma cultura superior que controla a economia e toda cadeia de produção das políticas estatais.

É neste espírito que problematizamos três ideias que formam o imaginário popular e científico sobre a escola e, que impactam sobremaneira nas práticas e nas PFPPM: primeira é a de que as crianças não aprendem o necessário porque os professores são “incapazes” de conduzir uma aprendizagem relevante; a segunda, que os professores não investem na sua

formação, sendo eles responsáveis pelo seu processo formativo; e a terceira é de que a escola e a formação docente não valorizam os saberes epistêmicos enquanto saberes válidos e reconhecidos em suas epistemes diferenciadas.

Desde o período da independência até aos nossos dias, o país experimentou vários modelos de formação de professores que variam em termos temporais, de seis meses até três anos de formação, destacando-se: 7<sup>a</sup> classe+ três anos, 10<sup>a</sup> classe+ um ano, 10<sup>a</sup> classe+ dois, 12<sup>a</sup>+ um ano, 12<sup>a</sup>+ dois anos, 12<sup>a</sup>+três anos, sendo que este último previsto na recente lei 18/2018 de 28 de dezembro, resulta da pressão social e acadêmica para se conceder mais tempo à formação de professores. Apesar desta conquista que também introduz na grelha curricular conteúdos sobre a interculturalidade ainda se mostra pertinente romper com a formação monolíngue e monocultural e o silenciamento do outro ontologicamente diferente.

Em nossa análise, esses modelos formativos convencionais vêm se apoiando em propostas da racionalidade técnica, recebem apoio na política do Estado sob pretexto de avançarem em soluções pragmáticas de autoemancipação do indivíduo como solução para as crises sociais e econômicas que a escola e a sociedade moçambicana enfrentam.

Porém, o olhar sobre as leis e as PFPPM no contexto do binarismo proposto por Dussel (2006) trazendo a questão centro-periferia na configuração do sistema-mundo da modernidade, depreende-se que tais políticas apresentam resquícios ideológicos dos processos de colonialidade, principalmente por conta de implementação de modelos descurados da interculturalidade, porque se inspiram no regime colonial instalado sob violentas agressões que nos dias atuais se atualizam na relação do norte-sul.

Ao chamarmos atenção para a formação docente que se abre aos processos de interculturalidade que respeita as diferenças, que rompe com a percepção que reconhece a língua portuguesa como oficial e exclusiva, num cenário em que a maior parte das crianças que ingressam nas escolas não falam nem escrevem em língua portuguesa e se encontram imersas em suas línguas ancestrais estabelecemos um debate ciente de que “os eixos básicos do programa de formação de educadores precisam atender à fisionomia da escola que se quer, enquanto horizonte da nova proposta pedagógica (...) e à apropriação, pelos educadores, dos avanços científicos do conhecimento humano que possa contribuir para a qualidade da escola que se quer” (SAUL, 1993, p.64).

A proposta que estamos buscando afirmar, se fundamenta no modelo formativo baseado na interculturalidade, na escuta, no diálogo com outros paradigmas, que caminha para o encontro do *Outro* não europeu que vive na periferia e, “que não cabe dentro da definição do ser da ontologia moderna” (ECKHARDT, 2021, p.4). Diante das breves colocações elencadas no corpo do texto, em diálogo com autores e autoras já referenciados e, sobretudo com autores africanos vimos compreendendo a importância da interculturalidade e da dimensão epistêmico-política dos processos de decolonialidade na formação de professores/as primários em Moçambique, questões que vimos buscando enfrentar em diálogo

com o campo da Educação Popular, sobretudo em diálogo com Freire e Dussel.

## Referências

DUSSEL, Enrique. **Filosofía de la cultura y la liberación**. México: Universidad Autónoma de la Ciudad do México, 2006.

ECKHARDT Fabiana. **Tensões e limites da formação de professores/as e o processo de democratização da escola brasileira**. *Revista nuestrAmérica*, vol. 9, núm. 18, e 5708442, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREITAS, L. C. de. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, jun. 2014.

LOPES, José d S. M. **Formação de Professores Primários e Identidade Nacional: Moçambique em Tempos de Mudança**. Curitiba: Appris, 2020.

MOÇAMBIQUE, República de. **Sistema Nacional de Educação – Lei 18/2018 de 28 de dezembro**. Maputo: Assembleia da República, 2018.

\_\_\_\_\_. **Sistema Nacional de Educação- Lei nº 6 de 6 de Maio**. Maputo: Assembleia da República, 1992.

MOÇAMBIQUE, República Popular de. **Projeto da Lei do Sistema Nacional de Educação – Lei nº 4/83 de 23 de março**. Maputo: Assembleia Popular, 1983.

MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975.

NKRUMAH, Kwame. **Luta de Classes em África**. Edições Nova Cultura, 2018.

NÓVOA, António. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

SAUL, A. M. Formação permanente de educadores na cidade de São Paulo. *Revista da associação nacional de educação*, São Paulo, v. 12, n. 19, p. 63-68, 1993.